

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – SOUZA, Michele Maria Brito da Ponte; CARDOSO, Luís Fernando. Abrigo de Menores ao Acolhimento Institucional: uma Trajetória de Normalização. Revista Mediações, Londrina, v. 24 n .1, p .284-305, Jan-abr. 2019.

2) Resumo e Palavras-Chave – Este artigo aborda a institucionalização de crianças e adolescentes pobres no Brasil, examinando sua relação com a normalização. Analisam-se os antecedentes históricos da medida de acolhimento institucional, seus motivos autorizadores e seus destinatários. O estudo é qualitativo com base nos dados do perfil socioeconômico e sociodemográfico dos acolhidos no município de Belém, em 2015 e em 2016. O conceito de poder disciplinar, de Foucault, é o norte para demonstrar como essa cultura institucional é respaldada pelo saber-poder que fortalece as microrrelações de dominação, já estabelecidas como forma de controle das classes populares, normalizadas, para cumprir os objetivos políticos. Evidencia-se a emergência da categoria negligência familiar como motivo de acolhimento institucional

Palavras-chave: criança e adolescente, institucionalização, poder disciplinar, negligência familiar.

3) Objetivo do estudo – Objetivou averiguar de que forma a pobreza, apesar da proibição legal, ainda estaria inserta nos casos de destituição do poder familiar, culminando na punibilidade com a decretação da medida judicial de acolhimento institucional.

4) Tipo de pesquisa – Qualitativa.

5) Período da pesquisa – Janeiro de 2015 a dezembro de 2016.

6) Forma de coleta de dados – Pesquisa bibliográfica e levantamento de dados secundários no Núcleo Setorial de Planejamento (NUSP) da Fundação Papa João XXIII (Funpapa), referentes ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016. Os dados que serão analisados correspondem a um universo de 656 crianças e adolescentes, que transitaram ou permaneceram nos Espaços de Acolhimento no período de 2015 a 2016. A pesquisa das informações secundárias tinha por objeto conhecer o perfil das crianças e dos adolescentes em medida de acolhimento institucional, no município de Belém (PA), bem como a situação de risco que motivou a decretação da medida judicial de acolhimento institucional.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – A partir da pesquisa bibliográfica, examinou-se à luz do poder disciplinar de Michel Foucault, o percurso da intervenção judicial dos códigos de menores até a atual medida de acolhimento institucional do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O poder e a disciplina, na genealogia de Foucault, são conceitos fundamentais para a compreensão da cultura de institucionalização de crianças e adolescentes nascidos em famílias pobres no Brasil. Com esses conceitos centrais, busca-se examinar a mecânica do processo de normalização e judicialização da vida dessa população, envolvida em um cotidiano de práticas “protetivas” de alta complexidade, que ainda persistem, com a atual medida de acolhimento institucional. Apesar, dos avanços legislativos, crianças e adolescentes oriundos de famílias pobres, ainda compõem os índices oficiais de acolhimento institucional. No cenário local, para averiguar tal assertiva, elegeu-se, dentre os dados que são apurados pelos espaços de acolhimento, as variáveis mais debatidas nas pesquisas nacionais, quais sejam, faixa etária, sexo, cor da pele ou etnia, renda familiar, territorialidade e motivo da decretação da medida de acolhimento institucional.

8) Resultados / dados produzidos – A partir das análises dos dados coletados, compreendeu-se que a pobreza não constitui, na cidade de Belém, uma categoria de análise para a motivação da decretação do acolhimento institucional, como nas pesquisas nacionais. Contudo, os dados revelam que, apesar das mudanças no sistema e dos novos paradigmas, os espaços de acolhimento ainda se destinam a crianças e adolescentes pobres. Se se levar em consideração o perfil dos abrigados ou acolhidos, constrói-se a falsa premissa de que violência e violação dos direitos infanto-juvenis só ocorrem nas famílias pobres. Outro ponto emblemático, evidenciado nos dados, no âmbito tanto nacional como local, é a emergência da categoria negligência familiar. Entre as condutas negligentes, são enumerados atos como descuido com a higiene, falta de atendimento à saúde e educação, falta da atenção necessária para o desenvolvimento físico, moral e espiritual. Em suma, quando a conduta dos pais não está de acordo com as normas de proteção instituídas, com o modelo de proteção, sua conduta desviante é enquadrada no campo da negligência.

9) Recomendações – Entende-se que há a necessidade de se conhecer as famílias em SAI para além de suas dificuldades aparentes, que motivaram a institucionalização de seus filhos. Compreender essas dificuldades, que demonstram a fragilidade desse grupo familiar, é imprescindível para promover a reinserção familiar de crianças e adolescentes acolhidos.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.